

ESTADO DO CONHECIMENTO: AS POLÍTICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR DOS ÚLTIMOS ANOS

Cádia Carolina Morosetti Ferreira¹

Viviane Martins Vital Ferraz²

Juliana Vaz Paiva³

Ronnie Anderson Gauna Ferraz⁴

Rosane Carneiro Sarturi⁵

RESUMO

O presente estudo está vinculado ao Grupo de Pesquisa ELOS, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Objetivou realizar o estado do conhecimento sobre as políticas de acesso à educação superior dos últimos anos e reconhecer os pressupostos legais das políticas públicas de ações afirmativas que têm sido estudadas por outros autores. Adotou-se a abordagem qualitativa pautado no estado do conhecimento de Morosini (2015; 2021). O período de análise abrange de 2012 a 2022, justificado pela implementação da Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Assim, a partir do objetivo proposto, definimos como descritores: “políticas de ações afirmativas da educação superior” + “políticas públicas educacionais sociais” + “políticas de cotas na educação superior”, os bancos pesquisados foram: para teses e dissertações nas Plataformas do IBICT/BDTD e o banco CAPES. Entendemos como bancos e repositórios importantes, pois congregam trabalhos realizados no Brasil, assim como na América Latina. Os resultados da pesquisa revelam que, para alcançar a democratização do acesso à educação superior, é necessário adotar estratégias que vão além do ingresso. O acesso por si só não garante a equidade na aprendizagem nem torna as instituições menos excludentes. A entrada de novos grupos antes excluídos do processo ressaltou a importância da permanência. São necessárias ações contínuas para garantir a permanência desses estudantes, levando em consideração suas especificidades. O objetivo é promover a aprendizagem, a inclusão e a conclusão dos cursos, enfrentando constantemente os desafios que impedem o desenvolvimento de uma educação de qualidade. É importante considerar a importância das políticas de ações afirmativas e o impacto que elas podem ter na promoção da equidade e na superação das desigualdades no acesso à educação superior.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Ações Afirmativas, Ensino superior, acesso e permanência.

¹ Doutoranda do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, cadiacmorosetti@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Atualmente, realiza o Estágio Pós-Doutoral pela UFSM, com período sanduíche na Universidade de Valência – Espanha., vivi.mvferraz@gmail.com

³ Doutoranda em Educação do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, julianavazpaiva@gmail.com;

⁴ Doutorando em Educação do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, ronnie.agf@gmail.com;

⁵ Professora Titular do Departamento de Administração Escolar da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, rcsarturi@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Estado do Conhecimento (EC) engloba um conjunto de estudos, pesquisas e descobertas realizados em uma área específica durante um determinado período. Representa o acúmulo de saberes e informações disponíveis, funcionando como alicerces para novas investigações. Exemplos de aplicação dessa metodologia incluem os estudos de Morosini (2006), Morosini e DallaCorte (2018) e Morosini; Khols; Bittencourt (2021).

A produção do conhecimento assume uma importância primordial, sendo o catalisador de novas ideias, o desenvolvimento de teorias e a descoberta de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade. O conhecimento gerado propicia avanços em diversas áreas, como ciência, tecnologia, medicina, educação, entre outras.

A relevância da geração de conhecimento, destaca-se especialmente pela a abordagem do EC, transcende os limites ao permear as investigações e estudos já conduzidos ou em desenvolvimento. De acordo com Morosini; Khols; Bittencourt (2021, p. 25) o EC [...] é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Neste contexto, iniciamos a apresentação do EC ao introduzir o tema. Por algum tempo, o acesso à Educação Superior era elitista, classista e restrito a grandes centros urbanos. O ingresso por meio de concurso vestibular era excludente. Posteriormente, com a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e da Lei nº 12.711/12 (BRASIL, 2012), mais conhecida como a “Lei de Cotas”, houve uma mudança significativa. Essas iniciativas, juntas, visam democratizar o ingresso ao Ensino Superior. Sendo assim, este EC tem o objeto de conhecer os estudos realizados sobre as políticas de acesso à educação superior produzidas no Brasil nos últimos anos. Para isso, mapeamos as produções científicas dos últimos anos a fim de: “Realizar o estado do conhecimento sobre as políticas de acesso à educação superior dos últimos anos e reconhecer os pressupostos legais das políticas públicas de ações afirmativas que têm sido estudadas por outros autores”.

Assim, a partir do objetivo proposto, definimos como descritores: “políticas de ações afirmativas da educação superior” + “políticas públicas educacionais sociais” + “políticas de cotas na educação superior”, os bancos pesquisados foram: para teses e dissertações nas Plataformas do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Biblioteca

Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com delimitação temporal de 2012/2022. A partir disso, apresentamos abaixo o Quadro 1 - Primeiros Achados.

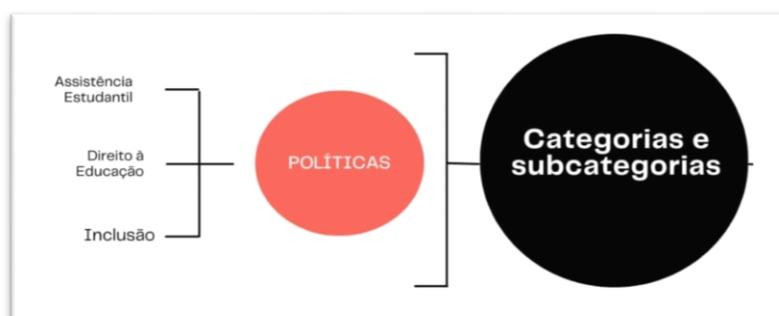
Quadro 1 - Primeiros Achados

DESCRITOR	TÍTULOS ENCONTRADOS	FILTRO	SELECIONADOS	DESCARTE
“Políticas de ações afirmativas da educação superior”	3 Dissertações 1 Tese	2012/2022	1	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.
“Políticas públicas educacionais sociais”	1 Dissertação	2012/2022	-	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.
“Políticas de cotas na educação superior”	2 Dissertações 1 Tese	2012/2022	2	Fora do escopo desta pesquisa. A partir da leitura do títulos, palavras-chave e resumo.

Fonte: Sistematização dos autores (2023)

A busca inicial contou com oito trabalhos. A Bibliografia Anotada permitiu que fosse realizada a leitura flutuante dos resumos e palavras-chave dos trabalhos, fazendo com que fossem excluídos os trabalhos que estavam fora do escopo e do objetivo deste EC, também, como critérios de exclusão, trabalhos repetidos foram excluídos. Após a análise inicial foram selecionados quatro trabalhos que compuseram a Bibliografia Sistematizada, esses trabalhos formam o *corpus* de análise deste EC. Na etapa seguinte, Bibliografia Categorizada, permitiu uma leitura mais aprofundada dos trabalhos no qual foi excluído um trabalho, pois não estava de acordo com o objetivo, ficando ao final três trabalhos, entre teses e dissertações. Permitindo que os trabalhos fossem agrupados por categorias. Com isso, foram construídas categorias e subcategorias de análises, apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Categoria e subcategorias de análise



Fonte: Sistematização dos autores (2023)

Nesta perspectiva, a consulta e a sistematização dos passos do EC realizado a partir do escopo desta pesquisa, buscou embasamento teórico a partir de pesquisas já realizadas no campo científico. Sem dúvida este EC constitui uma importante fonte de pesquisa a qual rompeu com pré-conceitos iniciais que versam o tema das políticas de ações afirmativas no Brasil.

Com as categorias e subcategorias definidas a orientação epistemológica para este EC, apresentamos os escopo da pesquisa, assim como conceitos das categorias para melhor entendimento.

AS PUBLICAÇÕES SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Das publicações selecionadas para compor este EC sobre Ações Afirmativas na Educação Superior, baseia-se em: 2 dissertações e 1 tese selecionados. As publicações abrangem o período de 2012 a 2022.

As categorias emergentes a partir das tabelas de Bibliografia anotada e Bibliografia sistematizadas foram:

- Políticas
- Inclusão
- Assistência estudantil
- Direito à educação

A partir das categorias apresentamos a seguir os conceitos epistemológicos destas categorias emergentes da pesquisa.

EDUCAÇÃO COMO DIREITO UNIVERSAL

Ao analisarmos as publicações relacionadas às Políticas e as suas subcategorias emergiram o direito à educação como um direito humano universal, o direito à educação é considerado um direito fundamental por Políticas Públicas nacionais e internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, produzida pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, influenciou a Constituição Federal de vários países, dentre eles a Constituição

Federal de 1988, traz consigo o direito à educação como um direito social. Neste sentido, os três poderes do Estado (executivo, legislativo e judiciário), nos âmbitos municipais, estaduais e da União, devem garantir as condições necessárias para a sua implementação. A partir das políticas, sejam elas políticas públicas ou políticas institucionais, partindo do pressuposto deste EC, cujo contexto é a Educação Superior.

Durante a construção do EC emergiu dentre os trabalhos analisados a Interiorização da Educação Superior/ Interiorização do Ensino Público Federal, os autores Atche (2014), Rosa (2016), trabalharam em suas pesquisas as Políticas Públicas de Ações Afirmativas na Educação Superior. Esses autores tiveram por objetivo abordar o papel da reserva de vagas como implementação das Ações Afirmativas na Educação Superior, bem como discutir as práticas de implantação, implementação e execução dessas Ações Afirmativas, como uma forma de inclusão de pessoas e que antes não tinham acesso a este nível de ensino, possibilitando a formação superior a públicos antes condicionados à situação de exclusão. Com a eleição, em 2002, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um grande avanço em políticas públicas voltadas à educação superior no país, entre as principais mudanças o Programa Universidade para Todos (PROUNI); Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB); Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Política de Cotas nas Universidades Federais, também programas como o Ciência sem Fronteiras (CsF), que tiveram continuidade nos governos de Dilma Rousseff, mas com a destituição do cargo em 2016, programas como o CsF foram descontinuados ou foram sendo sucateados pelos governos que sucederam.

Nesse contexto, em razão da democratização da Educação Superior no Brasil, entre elas a expansão/interiorização do Ensino Superior público, impulsionada principalmente pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criada pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Tal decreto institui o REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior, em nível de graduação. Assim como afirma Atche (2014, p. 17) “Somam-se a estes fatores, as peculiaridades regionais e estruturais aflorados pela interiorização e expansão da educação superior pública, a exemplo da UFRB, criada na região do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, com a missão de promover a inclusão social.”.

Considerando a diversidade, as gigantescas contradições sociais, carências das mais diversas e o abandono de determinadas regiões do país, aprofundando ainda mais a exclusão racial e social, heranças de um período colonial e escravista. Por isso, são necessárias ações

contínuas envolvendo o ingresso e a permanência que considerem as especificidades dos sujeitos, tendo como propósito a aprendizagem, a inclusão e a conclusão do curso como aspectos que desafiam, permanentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Atche conclui que

[...] a Política de Ações Afirmativas na educação superior, cotas para acesso às universidades públicas, requer, neste novo cenário, a ampliação das ações governamentais numa perspectiva de direito que garanta a permanência dos estudantes cotistas na instituição, diminuindo assim, o risco de evasão, repetência e abandono de curso. O tripé “ensino, pesquisa e extensão”, neste momento, se completa com a atenção aos assuntos estudantis, e as políticas afirmativas.

Torna-se imperativo que iniciativas destinadas à permanência se consolidem como políticas públicas de Estado. Isso implica não apenas no reconhecimento, mas na efetiva implementação dessas ações, a fim de assegurar a continuidade e o êxito de tais medidas.

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E INCLUSÃO

Partindo da premissa que a missão das Universidades é promover a transformação social por meio da educação, promovendo a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade e do país. Em razão da democratização da Educação Superior no Brasil, foram implementadas diversas Políticas Públicas de Educação.

A educação pode ser comparada a um tecido complexo, no qual cada ponto desempenha um papel fundamental na compreensão do todo. Diversas condições, tais como as socioculturais, socioeconômicas e as relações fundamentadas na produtividade, competitividade e discurso da igualdade de condições, são essenciais para a trama educacional. Ao considerarmos a educação como um bem socialmente produzido, percebemos a interconexão desses elementos na construção do conhecimento e na formação integral dos indivíduos, e “[...] que nas sociedades de classes o acesso a este bem enfrenta restrições impostas pela própria formação histórica” (BONETI, 2013, p. 199).

Na perspectiva de ampliação e democratização do acesso, as estratégias precisam ser efetivadas no todo, pois apenas o acesso não garante condições de equidade frente à aprendizagem e nem torna a instituição menos excludente. O ingresso de novas camadas, antes excluídas do processo, abriu a discussão sobre o desempenho, considerando que a elite detentora de um capital cultural e acesso a bens e serviços continua dominando alguns espaços, principalmente dos cursos de grande prestígio, como medicina, direito, entre outros, relegando

aos cursos de baixa procura a camada população antes excluída do processo e com desvantagens socioeconômicas. Como afirma o estudo na prática, as políticas de democratização, acompanhadas das configurações institucionais condutoras da expansão e reguladoras do acesso, contribuíram para a promoção de uma “política de cotas às avessas” e de um acesso dispensável. Quanto mais se concentram circunstâncias favoráveis no que se refere tanto ao perfil discente quanto ao prestígio do curso, mais evidente a política de cotas reversa. (SÁ, 2022, p. 27). Sendo assim, são necessárias ações contínuas envolvendo a permanência que considerem as especificidades dos sujeitos, tendo como propósito a aprendizagem, a inclusão e a conclusão do curso como aspectos que desafiam, permanentemente, a possibilidade do desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Diante desse cenário, não é estranho o fato de que políticas educacionais voltadas para o acesso e a permanência no ensino público superior, ainda engatinhem na implementação de ações para a inserção da grande “massa” historicamente reprimida em nosso país. Prova disso é que, somente nas últimas duas décadas, tem se verificado, de forma mais intensa, a criação de normativas oficiais para a ampliação do acesso e da permanência estudantil no ensino superior. (ALVES; BRITO, 2021, p.6).

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído através do Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010), que tem por objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFs de Ensino Superior, buscando através de programas que oferecem: auxílio moradia, alimentação, transporte, inclusão digital, e apoio pedagógico, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, na permanência do aluno na instituição e na redução das taxas de evasão. (KRAINSKI, 2013).

Contudo vem mostra-se importante a unificação dos Programas de Assistência Estudantil em forma de Legislação. As políticas de permanência ganham importância significativa diante do contexto de singularidades e desigualdades enfrentadas pela população brasileira. Por outro lado, essas políticas podem ser consideradas "caóticas"⁶, uma vez que as universidades têm autonomia para gerir seus recursos, incluindo os de assistência estudantil. No contexto brasileiro existem dois programas federais de permanência para o Educação Superior, indicando, assim, a necessidade de um programa unificado, sistemático e estruturado.

⁶ De acordo com o dicionário *online* de Português “Em circunstância de caos; que se pode referir ao caos; confuso ou desordenado: mercado caótico. Disponível em: [Caótico - Dicio, Dicionário Online de Português](#). Acesso em 1 nov. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso por si só não garante a equidade na aprendizagem nem torna as instituições menos excludentes. A entrada de novos grupos antes excluídos do processo ressaltou a importância da permanência. São necessárias ações contínuas para garantir a permanência desses estudantes, levando em consideração suas especificidades. O objetivo é promover a aprendizagem, a inclusão e a conclusão dos cursos, enfrentando constantemente os desafios que impedem o desenvolvimento de uma educação de qualidade. É importante considerar a importância das políticas de ações afirmativas e o impacto que elas podem ter na promoção da democratização e na superação das desigualdades no acesso à educação superior.

É crucial salientar que outros estudos científicos sobre a mesma temática poderiam ter sido propostos, apresentando escopos e resultados totalmente distintos, o que evidencia a complexidade do processo.

Como ponto central da Bibliografia Propositiva, ressaltamos que, mesmo após 21 anos da implementação da política de cotas nas universidades federais brasileiras - desempenhando um papel fundamental na luta contra as persistentes desigualdades sociais no acesso à Educação Superior de qualidade - ainda é notável a carência de pesquisas sobre a trajetória profissional e pessoal dos egressos cotistas na literatura acadêmica.

As investigações no campo da educação relacionadas às ações afirmativas e cotas continuam a ser limitadas, predominantemente centradas na análise da implementação dessas políticas de reserva de vagas nas universidades. No entanto, é fundamental destacar que as pesquisas que exploram outras perspectivas ainda apresentam lacunas, incluindo a análise do impacto das cotas, o acompanhamento contínuo dos egressos e a avaliação das políticas de ações afirmativas como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO; LIMA, Marta Lorena. **Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2021, v. 26, n. 01, pp. 24-44. Disponível em: . Epub 16 Abr 2021. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000100003>. Acesso em: 19 Agosto 2022.

ATCHE, Ana Cláudia dos Reis. **Política de Ações Afirmativas na Educação Superior: a experiência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de**

2006 a 2012. 143p. il. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

BONETI, Lindomar Wessler. **O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social.** 2 ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.** Acesso eletrônico. Disponível em: BRASIL. Decreto Lei n. 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Lei de Cotas). 2012.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. : **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 out. 2023.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **A Política de Cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior.** 2013. 194p. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática.** Curitiba: CRV, 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação UFSM**, Santa Maria. v. 40, n. 1, p. 101 - 116, jan./abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/cadiaferreira/Downloads/15822-76170-1-PB.pdf> Acesso em: 15 jul. 2021.

MOROSINI, Marília. Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 4 out. 2023.

ROSA, Aline Anjos da. **A Implementação das cotas raciais e sociais na UFGD e sua contribuição para a política de ações afirmativas (2012-2014).** 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

SÁ, Thiago Antônio de Oliveira. **Políticas de democratização do ensino superior e a reprodução de desigualdades sociais: estudo de caso.** - Este artigo é resultado de doutoramento apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001. Educação e Pesquisa [online]. 2022, v. 48. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248248527por>. Acesso em: 19 ago. de 2022.